Ano XI - Nº 4.698

Terça-feira, 1º de Março de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Nesta terça-feira (1º), às 8h30, a sétima audiência pública do PDDU

Os 5º e 6º debates foram realizados sábado (27) e segunda-feira, 29, respectivamente

Leia mais nas páginas 2, 4, 5, 6 e 7

Foto: Reginaldo Ipê



Dia Municipal do Rotary

Foto: Valdemiro Lopes



Sessão especial pela data (comemorada em 23 de fevereiro) foi realizada por iniciativa do vereador Arnando Lessa

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Joceval Rodrigues participa da Caminhada Penitencial

Evento organizado pela Arquidiocese do São Salvador acontece há 31 anos

Fotos: Assessoria do vereador



Na manhã de domingo (28), milhares de fiéis participaram da Caminhada Penitencial, organizada pela Arquidiocese do São Salvador, que tem início na Igreja da Conceição da Praia, no Comércio e termina na Basílica do Senhor do Bonfim. O vereador Joceval Rodrigues (PPS) esteve no evento. Para ele, esta, que é uma caminhada que acontece há 31 anos, foi reforçada pelo momento em que vive a igreja, com o Ano da Misericórdia.

"Fico feliz de ver como tem crescido a força deste momento sagrado e importante para a história da Arquidiocese de Salvador. A Igreja Católica é viva e atuante, neste tempo de Quaresma, vale a pena este percurso, pois aqui fazemos a nossa penitencia na fé", disse.



Durante a caminhada foi divulgada a audiência pública da Campanha da Fraternidade 2016, que este ano discute em todo o Brasil, a ausência de saneamento básico no país. O evento acontece na próxima quinta-feira (3), às 19h no Centro de Cultura da Câmara, e contará com a presença do arcebispo de salvador e primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger, entre outras autoridades.

Audiência pública do PDDU destaca Meio Ambiente/SAVAM

Sétimo debate acontece nesta terça-feira (1º), às 8h30, no Centro de Cultura da Câmara

A Câmara prossegue o debate do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, nesta terça-feira (1º), às 8h30, no Centro de Cultura, com a realização de uma audiência pública sobre Meio Ambiente e Sistema de Áreas de Valor Ambiental (SAVAM). Será a sétima discussão, de um total de 16.

As audiências públicas do Plano Diretor são transmitidas ao vivo pela TV Câmara, no canal aberto 61.4 e no canal fechado da operadora SIM, canal 10. O Portal Transparência (www.cms.ba.gov.br) está registrando em tempo real o debate promovido pelo Legislativo Municipal. A discussão também vem sendo traduzida em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Sessão especial comemora Dia Municipal do Rotary

Evento aconteceu no Plenário Cosme de Farias e foi uma iniciativa do rotariano, vereador Arnando Lessa

Na noite de sexta-feira (26), a Câmara Municipal de Salvador realizou uma sessão especial em comemoração ao Dia Municipal do Rotary. O evento aconteceu no Plenário Cosme de Farias, e foi uma iniciativa do rotariano, vereador Arnando Lessa (PT), autor do projeto de lei que instituiu em 2003, o Dia Municipal do Rotary, comemorado em 23 de fevereiro.

Após a composição da mesa e execução do Hino Nacional, foi feito um minuto de silêncio pela morte do ex-governador do Rotary Distrito 4550 (1993/1994), João Carlos Tourinho Dantas, falecido na semana passada.

Fotos: Valdemiro Lopes



O vereador destacou a importância da homenagem realizada pela Câmara. Para ele, é um reconhecimento do trabalho que a instituição faz pela comunidade. "O Rotary é uma instituição internacional com 111 anos, sem fins lucrativos, que congrega personalidades de todos os seguimentos. O lema é servir sem servisse. Esse dia municipal ressalta a atuação da instituição em Salvador com seus 14 clubes trabalhando e ajudando a comunidade", disse.



Para a presidente do Rotary Clube da Bahia, Anaci Bispo Paim, a comemoração do dia é uma maneira de compartilhar com a sociedade o trabalho desenvolvido nas comunidades. "Estamos em mais de 200 países em prol dos problemas desafiadores do mundo. O Rotary é um presente para o mundo, pelos projetos inovadores, pelo combate a tuberculose e analfabetismo".



Durante a sessão, três rotarianos foram homenageados: Luiz Odizio Ficher; Alaim Henrique Soares Nascimento; e Rosalvo Otacílio Torres.

O governador do Distrito 4550, Leonardo Cesar Soares, parabenizou Arnando Lessa pela iniciativa. "Essa homenagem é importante porque a gente sente o reconhecimento da sociedade ao trabalho que vem sendo feito ao longo desses 111 anos. Um trabalho sem fins lucrativos, só humanitários com ideal de servir".

História

O Rotary foi fundado em 23 de fevereiro de 1905, pelo advogado Paul Harris, em Chicago. Ele formou uma das primeiras organizações de serviços do mundo, o Rotary Club de Chicago, lugar onde profissional com conhecimentos distintos poderiam trocar ideias e fazer amizades significativas e duradouras. O nome Rotary surgiu da prática inicial de fazer um rodízio das reuniões entre os escritórios de cada associado. A instituição congrega 1,2 milhão de líderes profissionais e empresários, que executam projetos de prestação de serviços, focando no combate à fome, pobreza, e analfabetismo.

Também participaram da mesa do evento: o presidente do Rotary Clube Bahia Norte, José Carlos Vasconcelos; presidente da Fundação José Silveira, Geraldo Leite; presidente da Fundação Cidade Mãe, Risalva Fagundes Telles; presidente da Academia Bahiana de Educação, Astor de Castro Pessoa; ex-vereador de Salvador, Antonio Robespierre; e a filha de Rosalvo Otacílio Torres, Maria Auxiliadora Torres.

Câmara realiza quinto debate sobre o PDDU

Audiência pública discutiu Zoneamento e Diretrizes para o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

Fotos: Reginaldo Ipê



Quinta audiência pública movimentou auditório do Centro de Cultura

A 5ª audiência pública, das 16 programadas pela Câmara Municipal de Salvador para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aconteceu na manhã de sábado (27), no Centro de Cultura. O debate teve como tema o Zoneamento e Diretrizes para o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo. O presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), falou sobre a importância da participação popular no debate e sobre a complexidade do tema. Na segunda-feira (29), a 6ª audiência será sobre Mobilidade e Centralidades Urbanas, também no Centro de Cultura, às 8h30.

"Estamos discutindo o uso dos espaços da cidade. É importante que a população participe desse momento. Sabemos que é um tema complexo e, por isso, nos cercamos de todos os cuidados para debatê-lo. Temos uma comissão técnica preparada para auxiliar os vereadores e aqui também à disposição da população". Ao abrir o debate, Paulo Câmara destacou a mudança no calendário das audiências, que a partir de 8 de março terá apenas uma edição por semana, atendendo a uma reivindicação da bancada de oposição da Casa e do público. Com o novo calendário, as audiências se estendem até 11 de maio.



Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), a urbanista Juliana Paes apresentou o Capítulo III, Título VIII, da proposta urbanística elaborada pela prefeitura que trata do Zoneamento e o capítulo IV que traz as diretrizes para a revisão da Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Louos). O contraponto à sua exposição foi feito pelo arquiteto Daniel Colina, que propôs, entre outros itens, a exclusão de zonas consideradas por ele inadequadas e dispensáveis, como as zonas de desenvolvimento de uso sustentável das ilhas, zona de exploração mineral e zona de uso especial.

Debate

Presente à audiência, a promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia, Hortênsia Pinho, solicitou que os vereadores se debrucem de forma ampla sobre dois pontos específicos do Plano Diretor.

"O projeto do Executivo não contém a delimitação de zoneamento, tratando apenas de macrozoneamento. Isso é uma falha grave, pois não é possível definir parâmetros sem delimitar zonas. Em 80% das cidades, o zoneamento consta no PDDU. O zoneamento não é assunto exclusivo de Louos", afirmou. O outro questionamento da promotora foi em relação à redução de área de proteção ambiental em 3,5 mil hectares. "Os vereadores precisam debater isso, vamos discutir essa questão", pediu.

A urbanista da Sucom Juliana Paes esclareceu que o PDDU trata o zoneamento como macrozoneamento, por ter sido a metodologia adotada. "O macrozoneamento é uma modalidade de zoneamento, é uma questão de escala. Há que se diferenciar zoneamento e zoneamento de uso, que é próprio da Louos", orientou.

A coordenadora da Comissão Técnica do Projeto do PDDU, a doutora em Arquitetura e Urbanismo, Lídia Santana, defende o macrozoneamento, uma vez que "o zoneamento implica em questões mais cotidianas e o PDDU deve traçar as diretrizes gerais para a política urbana, inclusive para que tenham maior durabilidade".

"Não há essa supressão de 3,5 mil hectares de área de proteção ambiental no novo plano. Estou me debruçando sobre essa questão da área de proteção ambiental, da acessibilidade e do zoneamento para que possamos avançar", disse o relator do projeto, vereador Leo Prates (DEM).



O presidente da comissão que analisa o PDDU, vereador Arnando Lessa (PT), afirmou que todas as preocupações da promotora, assim como dos participantes das audiências e aquelas enviadas pelo Portal Transparência da Câmara (www.salvador.ba.leg.br), estão sendo acolhidas e serão cuidadosamente analisadas pelos vereadores para o aprimoramento do plano. "Iremos nos debruçar sobre todos os temas aqui discutidos e, no momento próprio, vamos nos posicionar. Se as mudanças no projeto de lei forem necessárias, elas serão propostas", afirmou.

A mesa da quinta audiência contou também com a participação dos vereadores Geraldo Júnior (SD), Claudio Tinoco (DEM), Waldir Pires (PT) e Joceval Rodrigues (PPS). Também participaram do debate os vereadores Vânia Galvão (PT), Gilmar Santiago (PT), Pedrinho Pepê (PMDB) e Kiki Bispo (PDT).

Participação popular enriquece debate sobre o PDDU

Proposições e questionamentos vão ajudar vereadores na análise do projeto





Fotos: Reginaldo Ipê

População pode participar das audiências e também dar sua colaboração por meio do portal da Câmara

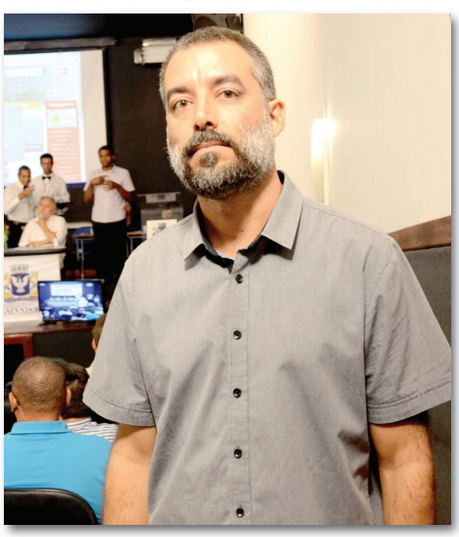
O público presente na quinta audiência pública, realizada na manhã de sábado (27), no Centro de Cultura da Câmara, colaborou com proposições e questionamentos para o projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Além da participação na plenária e através de formulários, a população pode enviar propostas pelo Portal Transparência (www.salvador.ba.leg.br).

O arquiteto Tiago Brasileiro questionou a falta dos mapas do zoneamento impressos nas audiências realizadas pela prefeitura e agora pela Câmara. "O Plano Diretor define tipos de zona de acordo com o zoneamento vigente (2008), mas em nenhuma audiência foi apresentado o mapa impresso junto com o quadro de zoneamento. Esses mapas devem ser disponibilizados nas audiências. A ausência é uma falha metodológica", avaliou.



Caroline Alves, representante da Associação de Moradores do Conjunto Colina C, questionou a classificação da área entre o Parque Pituaçu e a avenida Orlando Gomes. "No projeto esta região está como UO-C, considerada uma área pobre. Essa é uma região com boa infraestrutura e nós moradores discordamos e pedimos para ser revisão", solicitou.

Já o Movimento Luta Nacional pela Moradia (MLNM) marcou presença na audiência para defender a casa própria. "Participamos de quase todos os debates do PDDU, pois a discussão tem que incluir espaço para novas moradias também", disse a participante do movimento e copeira, Ivani de Jesus.







Reivindicações marcam a 6ª audiência pública do PDDU

Centro de Cultura recebeu público interessado em discutir melhorias para a mobilidade urbana

O Centro de Cultura da Câmara recebeu, na manhã desta segunda-feira (29), para a 6ª audiência pública sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento (PDDU), um público interessado em discutir melhorias para a mobilidade urbana da cidade. Trânsito, acessibilidade, transporte público, maior uso de bicicletas e articulação entre modais foram os assuntos mais abordados entre os que se inscreveram para falar ao microfone.

Fotos: Reginaldo Ipê



O ator e portador de necessidades especiais, José Henrique, fez questão de participar do debate. "Salvador conta com ônibus especiais, mas a conservação não é adequada, o cobrador muitas vezes não sabe manusear o elevador, os ônibus não passam no horário. Há uma série de questões a serem melhoradas". "Eu vim porque preciso do transporte público, então vim propor e cobrar", disse.



Debate foi enriquecido com participação de movimentos organizados e população

O integrante do Projeto Cidadão Participativo, Joaquim Laranjeira, também falou sobre as dificuldades que um portador de necessidades especiais enfrenta para se locomover na cidade, seja pela falta de calçadas adequadas ou de ônibus adaptados. E pediu para que o tema tivesse a atenção dos vereadores.

O Coletivo Mobicidade entregou aos vereadores Arnando Lessa (PT), presidente da Comissão de Acompanhamento do PDDU e Leo Prates (DEM), relator do projeto, um documento com sugestões para promover e articular ações para o uso da bicicleta como meio de locomoção urbana assim como a sua integração com os demais modais de transporte na Região Metropolitana de Salvador. As principais reivindicações do grupo são a redução da velocidade nas vias de Salvador para 70 km/h e a destinação de 15% dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs) para o sistema cicloviário municipal.

A proposta acerca dos recursos do Fundurbs já havia sido enviada para a Comissão Técnica do PDDU, mas a resposta não agradou ao Coletivo e foi esclarecida na audiência. "Os recursos do Fundurbs são destinados à elaboração e implantação do Plano Diretor. Esse fundo administrado pelo Conselho da Cidade. No processo de elaboração do Plano Diretor não se pode alterar isso", explicou a coordenadora da comissão, Lídia Santana.

"É claro que a redução da velocidade em alguns trechos vem sendo implantada e a adoção da bicicleta como transporte vem sendo feita de acordo com a tendência mundial. Mas essa tendência de tornar a cidade mais amigável leva tempo. Ela não é realizada rapidamente, tem que ser planejada. Tínhamos uma cidade com cultura do rodoviarismo e temos que mudar isso aos poucos", respondeu ao movimento o coordenador de Mobilidade da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob), Eduardo Leite.



Mobilidade Urbana é tema da 6ª audiência pública sobre o PDDU

Atividade tratou dos desafios e propostas para o trânsito e transporte de Salvador



A 6ª audiência pública sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) discutiu Mobilidade e Centralidades Urbanas, conteúdo do capítulo V do Projeto de Lei nº 396/2015, que corresponde à proposta do novo PDDU de Salvador. A atividade foi realizada na manhã desta segunda-feira (29), no Centro de Cultura da Câmara.

O presidente do Legislativo Municipal, o vereador Paulo Câmara (PSDB), destacou que mobilidade urbana atualmente é um fator que influi diariamente na rotina da população. "O tempo que as pessoas gastam para se deslocar para o trabalho, de que modo o metrô e o BRT vão modificar o dia a dia da cidade, todos esses são temas que interessam o cidadão. A sustentabilidade de uma cidade passa diretamente pela mobilidade urbana, por isso é importante que as pessoas participem e dêem sua contribuição", destacou Paulo Câmara.



Fotos: Reginaldo Ipê

O relator do projeto, vereador Leo Prates (DEM), destacou a importância da participação popular nos debates realizados pela Câmara. "Na última audiência pública realizada no sábado (27), foram quatro horas de atividade, sendo que 83% desse tempo foi destinado à participação popular", ressaltou.

"Estamos aqui para ouvir a população e contamos com uma Comissão Técnica para dar devolutivas sobre as propostas. O parecer dado pelas Comissões da Casa serão divulgados para a população que também vai poder acompanhar a votação. Nosso entendimento é que esse processo deve ser feito conduzido do modo mais transparente possível", afirmou o presidente da Comissão de Acompanhamento do Projeto do PDDU, vereador Arnando Lessa (PT).



Debate

O coordenador de Mobilidade da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob), Eduardo Leite, foi responsável pela apresentação do Capítulo V. "Estamos aguardando a aprovação do PDDU para pensar num Plano de Mobilidade integrado", afirmou. "Salvador tem grandes desafios de mobilidade e com tendência de agravamento. O tempo de deslocamento médio de casa para o trabalho é de 40 minutos só perdendo para São Paulo e Rio de Janeiro, quando nossa frota é inferior", destacou.



O debatedor convidado foi o engenheiro e especialista em Trânsito e Mobilidade Urbana, Francisco Moreno. Moreno falou sobre os desafios para a gestão do transporte em Salvador e possíveis soluções. "A cidade cresceu e ampliou os seus deslocamentos, mas manteve antigos gargalos como o da Calçada. Para alguns locais foram dadas soluções como a quarta faixa, na Paralela e a sincronização das sinaleiras na Manoel Dias, mas em um dado momento vai ser preciso um plano maior de mobilidade para dar conta de todos os problemas que vão surgindo", disse.

Francisco Moreno aponta como principais carências da cidade as calçadas, escadarias, passarelas, plano cicloviário, confiabilidade de rotas e bicicletários. Como saída para os problemas atuais ele aponta: articulação entre modais, ampliação de vias e implantação de ciclovias.

CÂMARA MUNICIPAL

5ª SESSÃO ORDINÁRIA
4º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 2 DE MARÇO DE 2016 – 14h30min

1.1. Discussão e Votação da Ata
1.2. Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

PRESIDENTE: VEREADOR KIKI BISPO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ODIOSVALDO VIGAS (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, J. CARLOS FILHO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MAL ASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a discussão da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata o vereador Sílvio Humberto, perguntando se dela constavam as falas dos que haviam se pronunciado extemporaneamente em razão de confusão havida em torno dos novos critérios regimentais. O senhor presidente Kiki Bispo explicou que, ante as dúvidas ocorridas, entendeu-se por validar todas as falas. O vereador Sílvio Humberto opinou divergentemente, declarando-se preocupado em evitar novos problemas desse tipo. O senhor presidente respondeu que analisaria a sua ideia. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 04 e 05/16 da Câmara Municipal de Salvador; Ofício n. 16/16 do Gabinete do Prefeito, devolvendo os autógrafos do Projeto de Lei n. 440/15, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.017/16; Ofício n. 25/16 da Assembleia Legislativa da Bahia; Ofício n. 81/16 do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia; Ofício n. 92/16 do Ministério do Esporte; Projetos de Lei n.s 20/16 do vereador Léo Prates, 21/16 do vereador Orlando Palhinha, 22 e 23/16 do vereador Eliel, 24/16 do vereador Euvaldo Jorge, 25/16 do vereador Everaldo Augusto, 26/16 do vereador Luiz Carlos Suíca, 27 a 39 do vereador Beca, 40/16 do vereador Léo Prates, 41/16 da vereadora Vânia Galvão e 42/16 do vereador Luiz Carlos Suíca; Projetos de Resolução n.s 3/16 da vereadora Vânia Galvão e 4/16 do vereador Gilmar Santiago; Projetos de Indicação n.s 5/16 do vereador Léo Prates, 6 e 7/16 do vereador Pedrinho Pepê, 8 e 9/16 do vereador Eliel, 10/16 do vereador Euvaldo Jorge, 11/16 da vereadora Vânia Galvão, 12/16 do vereador Toinho Carolino, 13/16 do vereador Euvaldo Jorge, 14/16 do vereador Léo Prates, 15/16 do vereador Toinho Carolino e 16/16 do vereador Luiz Carlos Suíca; Moções n.s 4/16 da vereadora Vânia Galvão, 5/16 do vereador Léo Prates e 6/16 do vereador Arnando Lessa; Requerimentos n.s 31 a 38/16 da vereadora Aladilce Souza, 39/16 do vereador Paulo Câmara, 40/16 do vereador Toinho Carolino, 41/16 do vereador Henrique Carballal, 42/16 do vereador Odiosvaldo vigas, 43 a 88 do vereador Luiz Carlos Suíca, 89/16 a 91/16 do vereador Léo Prates e 92/16 da vereadora Cátia Rodrigues. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha disse que, pelo novo Regimento Interno (RI), o Pinga-Fogo deveria acontecer ao fim da Sessão, e pediu que a questão fosse submetida ao Plenário. O senhor presidente explicou que a previsão era de o Pinga-Fogo acontecer ao final no Pequeno Expediente. Pela ordem, o vereador Odiosvaldo Vigas solicitou que fossem enviadas para o seu Gabinete cópias dos telegramas do Governo que informam o repasse de verbas relacionadas ao Fundo Nacional da Educação, Fundo Nacional da Saúde ou outros recursos. O senhor presidente encaminhou o pedido à Mesa e, em nome dela, deferiu-o. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha convidou para a Sessão Especial pelos 50 anos de carreira do sambista Nélson Rufino no dia seguinte, às 19h. No **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna a vereadora Aladilce Souza, que comentou sobre o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), o qual vê como rara oportunidade de qualificar Salvador, cidade onde a arrecadação e outros índices vitais são baixos. Comentou ainda sobre a última audiência pública a esse respeito, observando terem se manifestado várias vozes a apontar falhas no Projeto. Considerou estar em jogo o futuro quanto a educação, saúde e outros importantes interesses, e disse que a bancada de Oposição se reuniu para firmar posição sobre o assunto. Informou que, ao lado da vereadora Vânia Galvão e do ex-vereador Sandoval Guimarães, esteve na Arena Periperi, em relação à qual estão lutando, inclusive através de Projeto de Indicação, para que haja desapropriação e melhor destinação do equipamento, frente ao risco de ele ser transferido para uma rede de supermercados, o que tiraria dos jovens uma importante possibilidade cultural e esportiva. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha parabenizou o prefeito pela inauguração de campo de futebol no Arraial do Retiro e anúncio de posto de saúde no mesmo local. O vereador Henrique Carballal parabenizou a Prefeitura e a Empresa Salvador Turismo (Saltur) pela realização da Festa das Cabritas, no Alto do Cabrito, no último fim-de-semana. Em aparte, o vereador Moisés Rocha parabenizou o orador e mencionou sua própria atuação pelo lugar e seu evento pós-carnavalesco. O vereador Henrique Carballal prosseguiu explicando as diversas providências tomadas pela Saltur para a viabilização do evento e anunciou Proposição sua para que o Carnaval se encerre às 5h da quarta-feira de cinzas, em respeito ao significado litúrgico da festa. Em aparte, o vereador Orlando Palhinha contou ter sido também apoiador da Festa das Cabritas. Em comunicação inadiável, o vereador Claudio Tinoco manifestou pesar pela morte do ex-vereador Manoel Pinto dos Santos, o conhecido Nezinho, cujo legado de obras na Cidade destacou. O senhor presidente solidarizou-se em nome da Mesa, o mesmo fazendo o vereador Arnando Lessa, em comunicação inadiável, pela qual também solicitou a utilização do seu tempo de fala no Pinga-Fogo, que não havia podido cumprir no horário por estar atendendo pessoas, tendo observado haver precedente nesse sentido. O senhor presidente, expressando reconhecimento pela assiduidade do edil, respondeu não ser regimentalmente possível atender à sua solicitação. O vereador Luiz Carlos Suíca saudou o servidor Jorge Luís Santana Bonfim, o Caneta, pela dedicação com que atuava organizando o Pinga-Fogo, cuja importância destacou como complemento dos tempos partidários. Associou-se ao pesar pela morte do ex-vereador, cuja trajetória contou abreviadamente. Contou ainda ter participado de reunião da corrente intrapartidária Esquerda Popular Socialista, à qual pertence, para tratar das denúncias contra o seu partido, e criticou os que tratam os fatos como se o PT tivesse criado a corrupção. Considerou que, para além dos desvios de conduta praticados por alguns de seus membros, o partido foi responsável por transformar positivamente a vida de muitas pessoas, e disse que a proximidade das eleições torna necessário o debate nesse sentido. O vereador Joceval Rodrigues parabenizou o prefeito pela possibilidade de utilização de pontos da *Nota Salvador* para o Salvador Card, e por ampliar o *Morar Melhor* em São Caetano, onde também anunciou obras para a quadra de esportes. Destacou a atuação do secretário Marcílio Bastos e disse desconhecer área da cidade sem intervenções da Prefeitura. Concluiu dizendo ter um bom diálogo com a Oposição e saudando sua nova líder, vereadora Aladilce Souza. O senhor presidente disse ter ouvido pessoas de São Caetano contando sobre as novidades no bairro. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos Suíca elogiou as ações e disse que não era convidado para inaugurações de obras como essas. Em comunicação inadiável, o vereador Euvaldo Jorge alertou sobre a Barragem de Pituaçu, que, com as chuvas, corre risco de rompimento com consequências trágicas, e lamentou não haver regulamentação da Lei, por ele criada, que impõe o uso do dispositivo localizador GPS nos veículos de transporte escolar. O vereador Everaldo Augusto pediu atenção, especialmente dos governistas, para a crise no comércio de Salvador, onde se veem a perda de empregos e o fechamento de estabelecimentos. Observou que há uma crise nacional, mas considerou que a elevação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aumentou as dificuldades financeiras dos comerciantes, assim como a cobrança de estacionamento nos *shoppings centers* levou à queda da clientela nesses locais. Criticou Lei, de autoria do prefeito, que equipara as lojas revendedoras de automóveis às instituições financeiras, para fins de tributação, e disse que, enquanto faz isso, sua gestão apoia o segmento da construção civil. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha pediu à Mesa melhora no sistema de som e o funcionamento dos *tablets* individuais dos edis. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza propôs Resolução para a reposição de uma hora, para os tempos partidários, que havia sido suprimida pelo novo RI. O senhor presidente disse receber o pedido e comentou sobre a questão do Pinga-Fogo, o qual dependia de inovação no painel para ser reorganizado segundo o mesmo RI. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse que a decisão sobre cobrança nos *shoppings centers* foi do Supremo Tribunal Federal (STF) e não da Prefeitura, refutou que a ela fosse atribuída responsabilidade pela crise econômica atual, e informou a inauguração de posto de saúde municipal no Barbalho, no dia seguinte. Em comunicação inadiável, o vereador Odiosvaldo Vigas associou-se quanto à não-responsabilização da Prefeitura e pediu medidas contra a crise. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito, a respeito dos tempos partidários, leu o RI pedindo que ele fosse bem interpretado, e comentou a questão do painel. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão também comentou sobre o painel e ainda tratou sobre a ordem de entrada dos projetos na Casa, dizendo que ela não estava sendo acompanhada pela Diretoria Legislativa (Direl), e dando o exemplo do requerimento para a Sessão Especial pelos 70 anos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ela fez e não foi devidamente registrado, tendo sobrevindo idêntico requerimento do vereador Edvaldo Brito. Pediu para que essa Sessão fosse considerada da Casa. O senhor presidente disse que a Direl informou que haveria relógio para esse controle de entradas. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito disse que a Sessão seria, como todas as outras, da Casa, sendo dele apenas a iniciativa, e explicou ter dito, em sua justificativa no requerimento, que grande parte dos vereadores era egressa da UFBA. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão explicou que havia querido se referir à iniciativa, e reiterou que ela fosse atribuída a todos os edis. Pela ordem, o vereador Claudio Tinoco opinou que, se o Pinga-Fogo ainda não podia contar com o painel para funcionar como atualmente previsto, fosse ele organizado através de um funcionário da Casa, a partir das 14h30, para ser cumprido o novo RI. O senhor presidente concordou. Nas **Representações Partidárias**, ocupou inicialmente a Tribuna a vereadora Aladilce Souza, que solicitou a revisão do calendário de audiências públicas do PDDU, considerando que o atual tem ritmo muito intenso, que a proximidade entre as datas dificulta a ampla divulgação, e que todas as audiências serão realizadas no mesmo horário (manhã) e lugar (Centro de Cultura). Em aparte, o vereador Edvaldo Brito considerou que o PDDU deveria seguir a tramitação dos projetos de código no Congresso Nacional. Afirmou que, embora possua matérias diversas, o Projeto tem único relator, e sugeriu a divisão em sub-relatorias. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues, concordou com a sugestão do vereador Edvaldo Brito, mas ressaltou que, ao final, as informações devessem ser compiladas por apenas um relator. A vereadora Aladilce Souza concluiu solicitando reunião do Colégio de Líderes para rever o calendário de audiências. Pela Liderança do Governo, o vereador Joceval Rodrigues saudou a participação dos vereadores nas audiências do PDDU, comentou a nova etapa da operação da Polícia Federal, que veio a Salvador, chamada de *Operação Acarajé*, e ressaltou que a crise econômica é causada pelo Governo Federal e não pelo prefeito ACM Neto. A vereadora Katia Alves esclareceu ao vereador Joceval Rodrigues que o nome *Operação Acarajé* referia-se ao pagamento em espécie praticado nos atos investigados, cuja apuração via como possibilidade de se chegar ao ex-presidente Lula, que considerou líder de quadrilha. O vereador Leandro Guerrilha chamou a atenção mais uma vez para a questão do novo Regimento Interno, o qual considerou impossibilitado de ser colocado em prática, já que alguns elementos previstos nele não funcionam como deveriam, e questionou a divisão do tempo partidário. Pela ordem, o vereador Paulo

Magalhães Júnior considerou inadmissível a atual disposição de tempos partidários e pediu o retorno de antigo critério pelo qual cada vereador usava de três a cinco minutos para falar, ao quê o senhor presidente respondeu que seria impossível, tendo o edil replicado para pedir que a Direl não fracionasse o tempo de um mesmo partido por dois dias. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa considerou que o novo RI estava causando desconforto e pediu discussão sobre o seu atendimento às bancadas, que necessitam se expressar e perderam uma hora para tanto. O senhor presidente disse que isso seria discutido na próxima reunião de Líderes. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha registrou ordem de serviço para o *Morar Melhor* no Arraial do Retiro. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior disse ver incongruência no fato de vereadores levarem três minutos em comunicações inadiáveis, enquanto havia tempos partidários com semelhante duração. O vereador Arnando Lessa considerou infeliz a fala da vereadora Kátia Alves, sobretudo sendo ela ex-delegada de polícia, por inexistirem provas que tornassem o ex-presidente Lula "líder de quadrilha". Disse crer num novo mandato do ex-presidente, o que causaria temor em seus opositores, que assim tentam incriminá-lo. Opinou que só o tempo traria a verdade, assim como acontecera com a vereadora Kátia Alves, que, quando secretária estadual, foi alvo de acusações posteriormente tidas como insubsistentes. Pela ordem, a vereadora Kátia Alves disse que não havia dado uma opinião como delegada, e que apenas constatava fatos como cidadã, e considerou que, se fosse inocente, o ex-presidente se prestaria a dar depoimentos, como ela fizera no episódio lembrado. O vereador Moisés Rocha criticou o fato de haver presunção de culpa justamente por parte de quem conhecia a lei, e observou que o partido com maior índice de membros cassados por corrupção era o DEM, dizendo que nem por isso presumia que todos os seus componentes seriam corruptos. Mencionou, um a um, alguns partidos presentes na lista dos que praticavam corrupção, e seus respectivos representantes na Casa, sobre eles declarando estar certo de que não eram corruptos. Disse que havia receio, por parte dos opositores do PT, de um quinto mandato presidencial do partido, o que levava a critérios pessoais de tratamento contra seus membros, e defendeu a apuração correta e sem politização sobre todos os que praticam ilegalidades. O vereador Claudio Tinoco elogiou a segunda audiência pública sobre o PDDU e informou a próxima, no dia seguinte, destacando sua confiança nos vereadores Léo Prates e Arnando Lessa como relator e presidente, respectivamente, da comissão de análise recém-criada para a formulação do Projeto. Refutou a responsabilização da Prefeitura pela crise atual, afirmando que a Administração municipal é exitosa no seu controle financeiro, sendo elogiada por grandes veículos jornalísticos nacionais. Disse ser tão reduzido o repasse de verbas do Governo Federal que a Prefeitura nem conta com esse montante em seu planejamento, e contou que a nova Estação da Lapa, de alto padrão de qualidade, está sendo feita sem esse apoio. Disse que a crise é criada pelo Governo Federal e prejudica as famílias baianas, inclusive deixando-as em dificuldade para pagar o IPTU, o que leva a queda de arrecadação. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha solicitou verificação de *quorum*, e o senhor presidente a negou para aquele instante, deixando-a para após a fala do orador na Tribuna. Prosseguindo, o vereador Claudio Tinoco criticou o Governo Federal por não ter realizado reformas administrativa e política, e concluiu comentando a operação da Polícia Federal em Salvador. O senhor presidente leu o artigo do RI que fundamentava sua decisão de aguardar o encerramento da fala do orador para que se procedesse à verificação do *quorum*. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha pediu que o RI só fosse aplicado quando todos tivessem pleno conhecimento dele, ao quê o senhor presidente respondeu que o edil teria de ler o diploma. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o Senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Paulo Câmara, Toinho Carolino e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR(A) LICENCIADO(A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
ALBERTO BRAGA	22/02/2016	Art.17, inciso II, Res. 910/91 (Compilação)

REQUERIMENTOS DEFERIDOS - 2016

Nº	VEREADOR	REQUERIMENTO
031/2016	Paulo Magalhães	Solicita requalificação do campo de futebol, localizado na Rua Franco Velasco/Vista Alegre - Coutos.
032/2016	Paulo Magalhães	Solicita pavimentação asfáltica na Rua Aurélio Lopes/Loteamento Parque São José/Fazenda Grande II - Cajazeiras.
033/2016	Paulo Magalhães	Solicita pavimentação asfáltica na Rua 15, dentro da Rua E/2ª Etapa - Castelo Branco.
034/2016	Paulo Magalhães	Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Rua Real Sociedade Beneficência Espanhola/Quadra C/Via Local C/Caminhos 55 e 56/Blocos 22 e 29/Fazenda Grande III - Cajazeiras.
035/2016	Suica	Solicita instalação de um poste de iluminação pública alternativo ou um braço na Rua 09 de Março - Periperi.
036/2016	Suica	Solicita poda de árvores em toda a extensão da Avenida São Paulo - Pernambués.
037/2016	Suica	Solicita poda de árvores em toda a extensão da Rua Thomaz Gonzaga - Pernambués.
038/2016	Suica	Solicita manutenção da ponte de madeira, localizada na Rua Beira Rio - Nova Constituinte de Periperi.
039/2016	Suica	Solicita construção de uma quadra de futebol na Rua Beira Rio - Nova Constituinte de Periperi.
040/2016	Suica	Solicita serviço de drenagem no esgoto localizado na Rua Vieira Passos - Periperi.
041/2016	Aladilce Souza	Solicita pavimentação asfáltica na 2ª Travessa Edite Borges - Paripe.
042/2016	Aladilce Souza	Solicita pavimentação asfáltica na Rua Antônio Balbino - Paripe.
043/2016	Aladilce Souza	Solicita pavimentação asfáltica na Rua Salomé - Paripe.
044/2016	Aladilce Souza	Solicita obras de recuperação da escadaria localizada na Rua Lanat - Paripe.
045/2016	Aladilce Souza	Solicita serviço de recapeamento asfáltico na Via Bronze em Paripe, (trecho entre a entrada da antiga USIBA e a USF) - Lagoa da Paixão.
046/2016	Aladilce Souza	Solicita implantação de Academia da Saúde na Rua Ilha de Maré/Baixinha do Santo Antônio - São Gonçalo.
047/2016	Aladilce Souza	Solicita construção de uma praça na Rua Baixa do Santo Antônio - São Gonçalo.
048/2016	Aladilce Souza	Solicita colocação de redutores de velocidade na Rua Ilha de Maré/Baixa do Santo Antônio - São Gonçalo.
049/2016	Aladilce Souza	Solicita manutenção do sistema de microdrenagem na Avenida Santinha/Baixa do Santo Antônio - São Gonçalo.
050/2016	Leo Prates	Solicita que o Centro de Saúde Colônia de Pescadores de Ilha de Maré, funcione 24 (vinte e quatro) horas.
051/2016	Leandro Guerrilha	Solicita instalação de semáforo na Avenida Manoel Ribeiro - Jardim Armação.
052/2016	Leandro Guerrilha	Solicita colocação de faixa de pedestre na Avenida Manoel Ribeiro - Jardim Armação.
053/2016	Leandro Guerrilha	Solicita instalação de abrigo de ônibus na Avenida Manoel Ribeiro - Jardim Armação.
054/2016	Leandro Guerrilha	Solicita requalificação da Lagoa dos Pássaros - STIEP.
055/2016	Leandro Guerrilha	Solicita requalificação da Lagoa dos Frades - STIEP.
056/2016	Leandro Guerrilha	Solicita reposição das lâmpadas dos postes de iluminação pública, localizados na Rua Apolinário Santana - Engenho Velho da Federação.
057/2016	Leandro Guerrilha	Solicita requalificação dos passeios da Rua Deputado Newton Moura Costa/Conjunto Santa Madalena - Engenho Velho da Federação.
058/2016	Leo Prates	Solicita construção do "Centro Especializado em Reabilitação" na região da Cidade Baixa, do Município de Salvador.
059/2016	Leandro Guerrilha	Solicita serviço de varrição diária em toda a extensão da Rua Boa Fé - Lobato.
060/2016	Leandro Guerrilha	Solicita serviço de vistoria técnica na rede de água fluvial, localizada na Rua Apolinário Santana - Engenho Velho da Federação.
061/2016	Leandro Guerrilha	Solicita serviço de reposição de lâmpadas dos postes de iluminação pública, localizados na Avenida Oliveira - Arraial do Retiro.
062/2016	Leandro Guerrilha	Solicita aumento da potência da iluminação pública na Rua Direta do Saboeiro/Conjunto Fernando Morgado Presídio - Saboeiro.
063/2016	Leandro Guerrilha	Solicita serviço de reposição de lâmpadas dos postes de iluminação pública, localizados na Rua Santo Antônio - Arraial do Retiro.
064/2016	Suica	Solicita operação tapa-buraco na Rua Padre Luiz Filgueira - Engenho Velho de Brotas.
065/2016	Suica	Solicita requalificação da escadaria localizada na Rua Padre Luiz Filgueira - Engenho Velho de Brotas.
066/2016	Leo Prates	Solicita pavimentação asfáltica na Rua Seara Vermelha - Itapuã.
067/2016	Leo Prates	Solicita pavimentação asfáltica na Avenida das Dunas - Itapuã.
068/2016	Leo Prates	Solicita instalação de um redutor de velocidade na Rua Direita do Ypiranga - Vila Canária.
069/2016	Euvaldo Jorge	Solicita que seja viabilizado o Programa Casa Legal no bairro de Vila Cambonas.
070/2016	Euvaldo Jorge	Solicita que seja viabilizado o Programa Casa Legal na Travessa Artêmio Castro Valente Canabrava.

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador

Sefaz apresenta balanço de 2015 em audiência pública na Câmara

Debate da Comissão de Finanças foi dirigido pelo vereador Claudio Tinoco

Fotos: Valdemiro Lopes



Números fiscais de 2015 foram apresentados pelo secretário da Fazenda Paulo Souto

Diante da delicada situação econômica que passa o país, o secretário da Fazenda Municipal (Sefaz), Paulo Souto, destacou na Câmara, na manhã de segunda-feira (29), em audiência pública de apresentação da Gestão Fiscal do III Quadrimestre de 2015, que "a situação financeira da prefeitura está controlada", mesmo com a queda da receita e o contingenciamento de R$ 1,5 bilhão. A audiência no auditório do Anexo Bahia Center foi dirigida pelo vereador Claudio Tinoco (DEM), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Na atividade da Câmara que atende a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Paulo Souto frisou que "o equilíbrio fiscal será mantido como premissa básica da administração". De acordo com os números da Sefaz, mesmo com a queda da receita, "Salvador teve um superávit orçamentário de R$ 53 milhões".

A Receita Tributária Própria do Município, por sua vez, teve uma queda nominal de 2,1% e uma queda real de 10,2%, um resultado que, conforme o secretário Paulo Souto, "acende uma luz vermelha para o orçamento de 2016".

Ao analisar as Receitas Tributárias, comparando com 2014, informou que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) teve um pequeno crescimento, representando 0,3%, passando de R$ 436 milhões para R$ 472 milhões. Já o Imposto Sobre Serviços (ISS), os números ficaram estabilizados em R$ 870 milhões, aproximadamente, representando uma queda real de 7,9%.



Ainda nas Receitas Tributárias, a arrecadação do Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITIV) sofreu uma redução de R$ 80 milhões, equivalendo uma queda real de 35,4%, também comparando com 2014. Já as Transferências Correntes tiveram, conforme o gestor da Sefaz, um pequeno crescimento real de 0,8%, influenciado por "uma boa performance do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)", que cresceu 11,6% em termos reais.



Questionamentos

No entendimento da vereadora Kátia Alves (DEM), a apresentação de Paulo Souto "mostra a preocupação da atual gestão em manter as contas equilibradas". Em outra análise, o vereador Silvio Humberto (PSB) lamentou que "nossa cidade não conseguiu se livrar do ciclo de pobreza".

Reconhecendo o esforço da atual gestão no controle orçamentário, o vereador Silvio Humberto questionou o potencial tributário de Salvador e perguntou sobre "as medidas que estão sendo adotadas para incrementar a arrecadação". Em resposta, Paulo Souto concordou que a cidade "precisa estimular mais a sua atividade econômica" e frisou que "foi difícil chegar nesta situação de equilíbrio fiscal".

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), líder da bancada de oposição, questionou a realização da audiência pública de prestação de contas no mesmo dia e hora da audiência do PDDU. Pediu mais detalhamento dos investimentos em Atenção Básica, criticou a Reforma Tributária do ex-secretário Mauro Ricardo e assinalou o aumento da dívida previdenciária. Com base no repasse do FPM, Aladilce disse que "Salvador não consegue andar (financeiramente) com as próprias pernas".

De acordo com Paulo Souto, o repasse do FMP é constitucional e "Salvador consegue, sim, andar com as receitas do próprio Município". Informou ainda que não tinha o detalhamento dos gastos em Atenção Básica, apontou pontos positivos na Reforma Tributária do ex-secretário da Sefaz, vendo com naturalidade os ajustes ocorridos na lei, e reconheceu que a situação previdenciária "é muito grave", sugerindo um amplo debate, no Brasil, para resolver a situação que também afeta outros municípios.